SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/02/2015 - Teletime

Anatel prorroga licenças das faixas de 1,8 GHz da TIM e da Oi

A AGU reconheceu que havia um vácuo jurídico em relação à consequência da omissão dos pedidos de renovação. Com base neste parecer é que o presidente João Rezende deu seu voto pela prorrogação das frequências das duas operadoras de celular – que aglutinam hoje o maior número de usuários de celular das duas operadoras .

Com o respaldo do parecer da Advocacia Geral da União, a o conselho diretor da Anatel decidiu prorrogar hoje as licenças das frequências de 1,8 GHz da TIM e da Oi, cuja extinção estava proposta pela procuradoria da agência. A aprovação se deu por três votos dos atuais conselheiros (Bechara, Freitas e Rezende), e ausência do conselheiro Rodrigo Zerbone. O voto do ex-conselheiro Jarbas Valente que defendia a prorrogação sob o interesse púbico também ficou mantido. As empresas deverão desembolsar R$ 1,5 bilhão para ter estas faixas por um período de mais 15 anos.

Conforme ressaltou o presidente da Anatel, João Rezende, os pareceres técnicos e da AGU, apontaram que as duas empresas não fizeram o pedido de prorrogação das licenças no prazo estabelecido pela lei, mas este erro não deveria ser punido com a extinção da licença, conforme propunha a procuradoria . " As empresas erraram e foram pouco diligentes em relação a este prazo", ressaltou o conselheiro Marcelo Bechara.

A AGU reconheceu que havia um vácuo jurídico em relação à consequência da omissão dos pedidos de renovação. Com base neste parecer é que o presidente João Rezende deu seu voto pela prorrogação das frequências das duas operadoras de celular – que aglutinam hoje o maior número de usuários de celular das duas operadoras – e determinou que a formulação de um novo regulamento, no prazo de seis meses, para acabar com este vácuo jurídico.

Rezende propôs ainda, até que estas novas regras sejam aprovadas, uma regra de transição para possíveis novos casos de pedidos de prorrogação de frequências. As empresas que ocupam o espectro brasileiro terão que formular o pedido de renovação antes de 24 meses de suas extinção e os pedidos que não forem feitos neste prazo terão a sua renovação extina.

O conselheiro Igor de Freitas mudou o seu voto, pois entendeu que havia uma discussão de direito colocada pela Advocacia Geral da União. Em sua relatoria inicial, Freitas acompanhou integralmente o parecer da procuradoria da Anatel pela cassação das frequências. . "Sempre me pareceu confusa a defesa de que a Anatel não poderia ter qualquer grau de discricionariedade. A dúvida levantada pela AGU é pertinente, pois não há regras claras", admitiu o conselheiro, ao apresentar o seu novo voto, acompanhando a análise do presidente da Anatel.

A divergência

O debate, que mobilizou inúmeros advogados por vários meses, se deu sobre quando se deveria dar o início da contagem para que as empresas fizessem o pedido de prorrogação das licenças. O artigo 167 da LGT estabelece que o pedido deve ser feito 36 meses antes do fim da outorga. E o debate se travou sobre se o início da contagem de tempo deveria se dar quando da assinatura dos termos de autorização do SMP ou, então, a partir da publicação do ato de uso de radiofrequência. Para a Anatel, o prazo só poderia ser a partir da assinatura do contrato e as empresas entenderam que deveriam contar a partir da data em que receberam a frequência, o que ocorreu alguns anos depois.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/02/2015 - Teletime

Zeinal Bava isenta Oi do empréstimo à RioForte

Executivo afirma que após assumir comando da Oi perdeu contato com as questões da PT e nega ter sido informado sobre operação de compra de 897 milhões de euros em papeis da Rioforte, que nunca foram pagos.

Zeinal Bava, ex-CEO da Oi e da Portugal Telecom, se eximiu de responsabilidade sobre as operações que resultaram em um rombo de 897 milhões no caixa da companhia portuguesa. O executivo depôs hoje (26) em comissão parlamentar de inquérito do Congresso de Portugal, que investiga as transações financeiras do Grupo Espírito Santo (GES).

A PT era uma das financiadoras do GES desde 2001, lembrou Zeinal. Mas ele ressaltou que, ao longo de sua gestão, a compra de dívida das empresas do GES nunca ultrapassou o limite do "razoável", que seriam de 20% a 30% de exposição a tais títulos.

Ele frisou que a PT tinha investimentos em outros bancos até a data de sua saída, em 4 de junho de 2013, quando assumiu o comando da Oi, e que não sabia da operação de compra de 897 milhões de euros em títulos da Rioforte, investimento até hoje não recuperado e cujo déficit levou a uma reformulação da fusão com a Oi.

Segundo a imprensa portuguesa, ao longo de seu depoimento, Zeinal elogiou inúmeras vezes a equipe financeira da PT, inclusive Luís Pacheco de Melo, CFO do grupo e que articulou a compra dos 897 milhões em papéis comerciais da Rioforte que nunca foram pagos.

Com sua vinda ao Brasil, Zeinal teria se desligado de boa parte das decisões da PT. "Numa fusão, as partes devem defender os seus interesses. Estando na Oi, não queria ter mais situações pessoais, porque as pessoas que estavam do outro lado da mesa eram pessoas com quem trabalhei muitos anos e com quem não queria ter problemas pessoais nem conflitos de interesses", disse o executivo, segundo o site Diário Económico. "A partir do momento em que fui para o Brasil, desliguei-me da realidade da PT SGSP", disse ainda.

Eles ressaltou, também, que a gestão da tesouraria da PT Portugal passou a ser responsabilidade da Oi apenas em 5 de maio de 2014, depois que o investimento na Rioforte já havia sido feito. Além de Zeinal, Pacheco e o ex-CEO da PT, Henrique Granadeiro, vão depor na CPI nos próximos dias.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/02/2015 - Convergência Digital

Com destaque para Internet móvel e apps, lucro da Telefônica chega a R$ 4,9 bilhões

A Telefônica Brasil – empresa que consolidou os negócios da Telefônica com a Vivo – declarou ao mercado financeiro um lucro líquido de R$ 4,93 bilhões no ano passado, 32,9% acima dos R$ 3,7 bilhões de 2013. O desempenho em grande medida foi puxado pela parte móvel do negócio, e notadamente para acesso à Internet e oferta de serviços online.

Os serviços móveis representam 79,9 milhões dos 95,4 milhões de acessos da operadora – e a fatia que viu a receita crescer 4,6% mesmo com o efeito da redução continuada das tarifas de interconexão (uma determinação regulatória). A receita com serviços fixos caiu 3,9% sobre o ano anterior. No total, a receita operacional líquida avançou 0,8%, para R$ 35 bilhões.

Além de investir no segmento pós pago (que cresceu 19% e chegou a 35% da base de assinantes), os números divulgados pela maior operadora móvel do país (41% do mercado) ressaltam a importância das conexões à Internet. A Telefônica calcula ter fechado o ano com 38,9% dos acessos em 4G e 50,8% das placas de dados.

"Esse desempenho influiu positivamente na receita do negócio móvel, principalmente na receita de internet móvel, que manteve alto índice de crescimento no ano e avançou 32,2% na comparação anual. A receita de SVA evoluiu 42,6% em 2014, relativamente ao ano anterior, impulsionada por serviços como a Plataforma de Educação, Vivo Segurança, Vivo Sync e Vivo Som de Chamada", diz a operadora.

Em banda larga fixa, a empresa encerrou 2014 3,9 milhões clientes – basicamente onde estava um ano antes (as adições líquidas foram 3 mil). No segmento de TV por assinatura, a base cresceu 22,3%, chegando a 771 mil assinantes em dezembro, 95 mil deles com tecnologia IPTV. Na telefonia fixa, também estabilidade, com 10,7 milhões de acessos (+0,9%).

26/02/2015 - CUT

Em defesa da Caixa 100% pública

Contra a proposta de abertura de capital, Contraf, Fenae e centrais criam comitê

A Contraf-CUT, Fenae, CUT, CTB, Intersindical e CSP-Conlutas criaram um comitê em defesa da manutenção da Caixa 100% pública. A ideia é unificar e fortalecer as ações contra a proposta de abertura de capital do banco. Essa foi uma das deliberações do Ato em Defesa da Caixa 100% Pública, realizado na Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (25). O evento foi promovido por Contraf/CUT, Fenae e gabinete da deputada federal Erika Kokay (PT-DF).

Para Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT, o único banco público de fato é a Caixa. "Se houver a abertura de capital, quem vai mandar na empresa são os acionistas. A Caixa não pertence ao mercado, mas ao povo brasileiro".

Na avaliação de Cordeiro, o país precisa de uma instituição pública que continue revertendo seu lucro para o Estado investir em políticas públicas. "Defendemos um estado forte, capaz de realizar as políticas públicas que o Brasil precisa. Para isso, precisamos de bancos públicos fortes para gerar crédito para o desenvolvimento econômico e se contrapor à ganância dos bancos privados e de uma reforma tributária que possa financiar os projetos de interesse da sociedade. Um grande passo para isso é taxar as grandes fortunas.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

"Pode a vaca tossir, o boi voar, o cachorro miar, o gato latir e o jacaré dançar balé que continuaremos mobilizados para não permitir nenhum tipo de retrocesso", destacou o presidente da Contraf-CUT.

Jair Pedro Ferreira, presidente da Fenae, lembrou que a Caixa é protagonista no desenvolvimento social do país. "Ela dobrou de tamanho, abriu mais agências, expandiu sua atuação, e quem ganhou foi a sociedade", afirmou.

Ele disse que o debate no parlamento é importante, mas defendeu que a discussão seja levada também para Câmaras de Vereadores, Prefeituras, associações de moradores, entre outros segmentos. "É uma luta coletiva. Precisamos ter determinação, e esse comitê será fundamental para a vitória", frisou.

Para a deputada Erika Kokay, que é empregada do banco e ex-presidenta do Sindicato dos Bancários de Brasília, defender a empresa 100% pública é defender o patrimônio brasileiro. "A Caixa é muito valiosa para o povo. Portanto, que não toquem nesta empresa, que é a principal articuladora das políticas públicas que mudaram a história do nosso país, sobretudo nos últimos 12 anos. Com nossa mobilização, não vamos permitir que esta instituição tenha seu capital aberto", declarou.

Representantes das principais centrais sindicais do país também marcaram presença. A vice-presidente da CUT, Carmem Helena Foro, afirmou: "Essa é uma luta da classe trabalhadora, que deve ganhar as ruas para mostrar o papel da Caixa na vida dos brasileiros".

Emanoel Sousa de Jesus, representante da CTB, destacou: "Não somos apenas o maior banco pública do país. Somos a única possibilidade do Estado brasileiro intervir no mercado financeiro".

Jaury Luiz Chagas, representante da CSP-Conlutas, defendeu a unidade de todos os segmentos sociais para evitar a abertura de capital da Caixa. "Não podemos permitir que o banco do povo brasileiro seja entregue ao capital internacional", disse.

Já Idelmar Casagrande, da Intersindical, acrescentou: "Não estamos defendendo o corporativismo dos bancários e das entidades representativas. Defender a empresa significa defender o Brasil".

O ato também contou com pronunciamentos de dirigentes da Fenacef, Fenag, AudiCaixa, Aneac e Advocef. Participaram ainda representantes de entidades sindicais de todo o país e de algumas Apcefs.

Comitê

A coordenação do Comitê em Defesa da Caixa 100% pública já agendou a primeira reunião. Será no próximo dia 6 de março, com a participação de representantes da da Contraf-CUT, Fenae e das quatro centrais sindicais. O objetivo é debater e elaborar um calendário com novas mobilizações, no sentido de unificar e fortalecer o movimento.

Frente Parlamentar

Vários parlamentares prestigiaram o evento na Câmara. O deputado federal Daniel Almeida (PCdoB-BA) anunciou que já está coletando assinaturas para formar uma Frente Parlamentar em Defesa da Caixa 100% Pública. "Não é tolerável se tente abrir o capital no momento em que o banco está em ampla expansão. A Caixa já sofreu outros ataques, e os empregados e a sociedade resistiram. Seremos capazes, mais uma vez, de evitar esse risco para o Brasil e para os trabalhadores", enfatizou o parlamentar.

Também participaram do ato a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) e os deputados federais Luiz Couto (PT-PB), Assis Carvalho (PT-PI), Chico Lopes (PCdoB-CE), Daivdson Magalhães (PCdoB-BA) e Luciana Santos (PCdoB-PE).

Todos foram unânimes em defender a importância da Caixa continuar 100% pública, sempre a serviço do Brasil e dos brasileiros, e devem integrar a Frente Parlamentar que está sendo criada.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

25/02/2015 - Carta Maior

A Petrobrás é do povo brasileiro: não se aceita nem corrupção, nem entreguismo

Os petroleiros são a liderança incontestável da tarefa de dar a linha para tirar a Petrobrás do atoleiro e defender a empresa dos ataques especulativos.

O ato em defesa da Petrobrás, organizado pela Federação Única dos Petroleiros (terça, 25), demarcou o terreno progressista da disputa que se faz sobre a narrativa e o desenlace do escândalo que abala a empresa.

Realizado sob o abrigo da emblemática Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, o ato pode ser resumido em uma bandeira: a Petrobrás é do povo brasileiro.

Foi um momento fundamental para deixar clara a posição do campo progressista em relação à crise que ameaça a credibilidade da Petrobrás e o papel da empresa para o futuro do País.

A palavra de ordem é: em defesa da Petrobrás, nem corrupção, nem entreguismo.

Foi bom ver os petroleiros à frente do ato. Ninguém tem maior autoridade moral para defender a empresa do que os petroleiros. Eles são a vanguarda desse processo e devem ser reconhecidos enquanto tal por todos os que lutam por um desfecho que permita que a Petrobrás saia muito mais forte desse episódio

Eles são agora nossa força e nossa voz para defendê-la, mais do que a direção da própria empresa se mostrou capaz de fazê-lo. Seus rostos, suas falas, suas propostas e principalmente sua disposição de luta devem se tornar conhecidos de cada um de nós, cada vez mais.

Os petroleiros são a liderança incontestável da tarefa de dar a linha para tirar a Petrobrás do atoleiro e defender a empresa dos ataques especulativos que pretendem destroçá-la.

O mais incrível é que, diante de um escândalo que afetou a principal empresa do País, o cartel midiático tenha imposto um cala-boca a quem nela trabalha - os petroleiros -. Tem sido assim o tempo todo, inclusive ontem.

Mesmo com todo o peso político do ato, a mídia tradicional preferiu dar destaque a uma briga de rua. Óbvio. Faz parte de sua profissão de fé desqualificar o debate e priorizar o espetáculo da ignorância.

Foi bom ouvir os petroleiros e sua denúncia de que interessa ao povo brasileiro moralizar, e não desmoralizar a empresa.

Foi bom ver a blogosfera e a imprensa alternativa mobilizadas, repercutindo o ato e reproduzindo as falas de intelectuais, artistas, jornalistas, ativistas sociais e do ex-presidente Lula.

Foi bom relembrar a história da Petrobrás, seu papel estratégico e o que ela significa para o futuro do país, como fez Luis Nassif logo no início do ato.

Foi bom ter Wadih Damous, presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB, exigindo das autoridades cumprir o dever de respeitar o Estado democrático de Direito.

Não se pode contemporizar com uma investigação de meia tigela, que investiga uns e preserva outros, indecorosa e inexplicavelmente. Uma investigação parcial que coloca na cadeira só os malvados favoritos, e não todos os que roubaram a Petrobrás e guardaram seu dinheiro na Suíça, desde os anos 1990. Para uns, o inquérito e as grades; para outros, um processo na gaveta e um cofre cheio nos Alpes.

Foi bom ouvir Lula deixar claro que não se admite que se ouse pensar em transformar o escândalo em uma crise institucional, ou vai ter troco.

O pior erro que se pode cometer na atual conjuntura é o de se deixar intimidar.

Não se pode abaixar a cabeça diante de uma legião de hipócritas e canalhas, cada qual com sua conta na Suíça, desde os anos 1990. Os pilantras que se arvoram campeões da moral e da ética, durante o dia, à noite conferem seu saldo em Genebra com a sensação de alívio e êxtase.

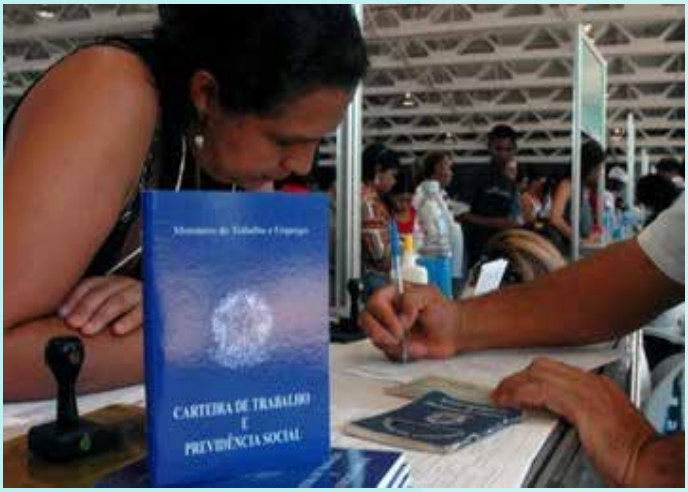
Queremos a Petrobrás. Não abrimos mão da Petrobrás. Nem para corruptos, nem para entreguistas - sejam eles políticos, donos de meios de comunicação, policiais, delegados, juízes, especuladores, enfim, para nenhum pilantra, não interessa a que espécie da fauna do país pertença.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/02/2015 - RBA

IBGE: taxa de desemprego sobe, mas é a segunda menor para janeiro

Em 12 meses, as seis regiões metropolitanas pesquisadas têm 125 mil desempregados a mais, enquanto a ocupação fica relativamente estável. Emprego com carteira recua. Rendimento sobe



A taxa média de desemprego em seis regiões metropolitanas calculada pelo IBGE subiu para 5,3% em janeiro, ante 4,3% em dezembro e 4,8% em igual mês do ano passado, segundo informou hoje (26) o IBGE. É um movimento comum para o período, apesar da alta significativa de um ponto percentual de um mês para o outro. Os resultados mostram perda de dinamismo do mercado de trabalho, com a pesquisa mostrando a maior taxa mensal desde setembro de 2013 (5,4%). Ainda assim, o índice é o segundo menor para janeiro na série histórica, iniciada em 2003.

Estimado em 1,288 milhão, o número de desempregados aumentou 22,5% em relação a dezembro (237 mil a mais) e 10,7% em relação a janeiro de 2014 (acréscimo de 125 mil). O mercado de trabalho não criou vagas: os ocupados – 23,004 milhões – tiveram queda de 0,9% no mês (menos 220 mil) e mostraram relativa estabilidade na comparação anual (-0,5%, ou menos 109 mil). A população economicamente ativa (PEA) ficou estável nas duas comparações.

Um dado que chama a atenção se refere ao emprego formal. O número de empregados com carteira assinada no setor privado (11,555 milhões) caiu 2,1% ante dezembro, o correspondente a menos 253 mil pessoas. Na comparação com janeiro de 2014, a queda foi de 1,9% (menos 224 mil). Eles representam 50,2% dos ocupados – há um ano, eram 51%. Na comparação com janeiro de 2003, as seis regiões metropolitanas acumulam 4,137 milhões de ocupados a mais.

Já o total de trabalhadores por conta própria subiu 3,3% (mais 144 mil) e 4,8% (207 mil), respectivamente. O segmento representa 19,5% do total.

Entre os setores, a indústria ficou relativamente estável no mês e caiu 6% na comparação com janeiro de 2014, eliminando 216 mil vagas. Comércio e construção civil apresentaram estabilidade nos dois casos, assim como o segmento de serviços prestados a empresas.

O rendimento médio dos ocupados, estimado em R$ 2.168,80, teve leve alta em relação a dezembro (0,4%). Também cresceu, 1,7%, sobre janeiro do ano passado.

Segundo o IBGE, de dezembro para janeiro a taxa aumentou em quatro das seis regiões: Recife (6,7%), Salvador (9,6%), Belo Horizonte (4,1%) e São Paulo (5,7%). Praticamente não variou no Rio de Janeiro (3,6%) e em Porto Alegre (3,8%). Ante janeiro de 2014, Salvador e Porto Alegre tiveram altas.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/02/2015 - RBA

Dilma lança programa para dinamizar pequenas e micro empresas

Medidas visam agilizar setor responsável pela maior parte da arrecadação e da criação de empregos no país. Encerramento de uma firma será feito no momento da solicitação

A queixa constante sobre dificuldades para a abertura e fechamento de empresas ficou mais perto de uma solução com o lançamento hoje (26), no Palácio do Planalto, do Programa Mais Simples, conjunto de medidas integradas entre vários ministérios que permite simplificar procedimentos como emissão e cadastro de documentos. A partir de agora, o encerramento de uma empresa é efetuado no momento da solicitação.

O governo promete, até junho, por meio do mesmo programa, reduzir o prazo para abertura de uma empresa de pequeno e médio portes para até cinco dias. A média atual é de 85 a 103 dias, enquanto em Portugal, por exemplo, são três dias. "Agora vamos mudar a frase famosa segundo a qual abrir empresa no Brasil é difícil e fechar é quase impossível", afirmou a presidenta Dilma Rousseff, durante a apresentação do programa.

O ministro da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, destacou que o país não pode mais perder tanto tempo. "A demora para isso chegou a um ponto que beira o ridículo", enfatizou. "O Brasil tem que sair do complicado, que afasta o cidadão, que vai por debaixo do pano. Quanto mais exigências, maior a informalidade", destacou.

Mais arrecadação

Afif destacou que as micro e pequenas empresas foram as que mais arrecadaram e criaram empregos, proporcionalmente, nos últimos anos, tendo sido responsáveis, de 2011 até agora, pela formalização de 3,5 milhões de novas vagas no mercado de trabalho e pelo aumento de 7,23% da arrecadação em 2014 – mesmo diante do registro de queda global de arrecadação no país.

Domingos também disse que o trabalho realizado no âmbito do projeto tem de ser político, já que congrega vários órgãos e, por isso, precisa ser comandado pessoalmente pela presidenta. Segundo ele, foi encaminhado recentemente com pedido de urgência constitucional um projeto que eleva o teto para as empresas do sistema simplificado de tributação, o Simples Nacional, dentro desse trabalho de desburocratização do país.

Conforme o ministro, apenas no mês passado, foram registradas mais de 500 mil solicitações para adesão ao programa Simples Nacional (foram 512.692). O volume de pedidos representa crescimento de 129,8% em relação aos 223.076 de janeiro de 2014.

Atualmente, o Simples Nacional tem 4,8 milhões de empresas cadastradas. A expectativa, com a aprovação do projeto pelo Congresso, é de que este sistema tributário simplificado passe a ter registradas perto de 10 milhões de empresas.

"Os cidadãos estão interessados em empreender e as pequenas e micro empresas têm tido crescimento e correspondido à possibilidade de expansão da economia", assegurou o ministro. "Vamos crescer sem medo. Deixar o cidadão livre para ser criativo, porque o brasileiro já tem alma empreendedora", completou.

Eliminação de exigências

Outras medidas previstas pelo programa são a eliminação de determinadas exigências, como certidões negativas para a abertura de micro e pequenas empresas e um serviço mais integrado de identificação de cadastros, de forma a facilitar a apuração dos dados dos cidadãos (por meio de informações integradas entre várias pastas) – caso, por exemplo, de inscrições estadual, municipal e junto a Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária.

Leia mais em:
http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/02/dilma-lanca-programa-para-dinamizar-pequenas-e-micro--empresas-no-pais-2013.html